



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

6500

Presidente da Mesa Diretora: Sebastião Ildeu Maia

Espécie: Projeto de lei

Categoria: Diversos

Autoria: Antonio Silveira de Sá

Data: 20/06/2006

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI Nº 137/2006. Autoriza o Poder Executivo a exigir a contratação de "Seguro de Passageiros no Transporte Escolar" e dá outras providências. (Referente à Lei nº 3.653, de 27/09/2006).

Controle Interno – Caixa: 9.3

Posição: 21

Número de folhas: 04

Espécie: PL
Categoria: Leis
U: 9.3
Ordem: 21
nº fls: 02



137/2006
05.09.2006

Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº ____/2006

AUTOR:

Ver. Antonio Silveira de Sá.

ASSUNTO:

Autoriza o Poder Executivo Municipal a Exigir a Contratação de Seguro de Passageiros no Transporte Escolar e dá Outras Providências.

MOVIMENTO

Entrada em – 20/06/2006

Comissão de Legislação e Justiça

- 1 -
- 2 - APROVADO EM 1ª CM. 22.08.2006
- 3 - APROVADO EM 2ª CM. 29.08.2006
- 4 - APROVADO EM 3ª CM. 05.09.2006
- 5 -
- 6 -
- 7 -
- 8 -
- 9 -
- 10 -



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Gabinete do Vereador Antonio Silveira de Sá

PROJETO DE LEI Nº _____/2.006

*AS Comissões
20/06/06*

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A EXIGIR A CONTRATAÇÃO DE SEGURO DE PASSAGEIROS NO TRANSPORTE ESCOLAR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O povo do município de Montes Claros- MG, por seus representantes na Câmara Municipal, aprova e o Prefeito Municipal, em seu nome, sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a exigir das empresas ou pessoas concessionárias do transporte escolar municipal o pagamento do seguro de responsabilidade civil para o transporte de alunos do Município de Montes Claros.

Art. 2º - O valor do seguro previsto no artigo anterior, de acordo com a tabela de prêmio atualizada aprovada pelo Município de Montes Claros, deverá ser acrescido na planilha de custos.

Parágrafo Único- O seguro previsto nesta lei deverá ser condição obrigatória para a assinatura do contrato de concessão, bem como a sua não contratação será motivo de rescisão imediata do contrato de concessão.

Art. 3º - Esta lei deverá ser regulamentada pelo executivo municipal no prazo de 60 dias.

Sala das Reuniões da Câmara Municipal, 19 de junho de 2.006.

A. Silveira
Vereador – Antonio Silveira de Sá
Dr. Silveira

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
À COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
E JUSTIÇA
EM 20 DE ABRIL DE 2006
PRESIDENTE

é legal e constitucional.
Carimbo - 21.06.06.

Assinatura
[Assinatura]

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
APROVADO EM 1ª DISCUSSÃO POR
EM 22 DE AGOSTO DE 2006
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
APROVADO EM 2ª DISCUSSÃO POR
EM 29 DE AGOSTO DE 2006
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
APROVADO EM 3ª DISCUSSÃO POR
EM 05 DE SETEMBRO DE 2006
PRESIDENTE



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

ASSESSORIA LEGISLATIVA

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº _____/2006 que “Autoriza o Poder Executivo Municipal a exigir a contratação de seguro de passageiros no transporte escolar e dá outras providências.”, de autoria do Vereador Antonio Silveira de Sá.


Projeto de Lei enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.

O presente projeto, apesar de abordar questão de competência do Executivo Municipal, já que trata do transporte escolar, não impõe a este nenhuma obrigação, mas apenas o autoriza a fazê-lo, portanto, não invade a competência prevista em Lei.

Assim sendo, somos de parecer que o projeto em questão é constitucional, legal e atende à forma técnica de redação.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 21 de junho de 2006.


Luciano Barbosa Braga
Assessor Legislativo
OAB/ MG 78.605